

Capítulo 2 – Introdução à Economia e aos Indicadores Financeiros

2.1 Apresentação do capítulo

O objetivo deste capítulo é apresentar os conceitos básicos dos fundamentos da economia, da moeda, das variáveis macroeconômicas e dos indicadores financeiros. Ao final, você terá visto:

- ✓ funções e características da moeda;
- ✓ conceito de oferta e de demanda;
- ✓ definição e impacto da inflação e da deflação;
- ✓ conceitos de PIB, de PNB e sua relação;
- ✓ visão geral das políticas de renda, fiscal, cambial e monetária;
- ✓ principais indicadores financeiros da economia brasileira.

Na página seguinte, você encontrará o quadro de orientações de estudo para a prova de certificação do PQO BM&FBOVESPA deste capítulo. Identifique a prova que irá fazer e estude os tópicos sugeridos.

Bons estudos!!!

Quadro de orientações de estudo para a prova de certificação do PQO BM&FBOVESPA

Tipos de provas	Item 2.2 Pág. 1	Item 2.3 Pág. 3	Item 2.4 Pág. 5	Item 2.5 Pág. 15	Item 2.6 Pág. 18
Operações BM&FBOVESPA	✓	✓	✓	✓	✓
Operações segmento Bovespa	✓	✓	✓	✓	
Operações segmento BM&F	✓	✓	✓	✓	✓
Comercial	✓	✓	✓	✓	✓
Compliance					
Risco	✓	✓	✓	✓	✓
Back Office BM&FBOVESPA				✓	✓
Back Office segmento Bovespa				✓	
Back Office segmento BM&F				✓	✓

2.2 O conceito e o papel da moeda na economia

A economia de um país consiste em milhares de pessoas, empresas, instituições financeiras, prestadores de serviços e, principalmente, o Governo, entre outros agentes, comprando e vendendo bens e serviços. O principal mecanismo de troca, com o desenvolvimento da economia, desde a evolução das sociedades primitivas que praticavam a atividade do escambo (troca), é a **moeda**. Por meio da moeda é que ocorre grande parte das transações econômicas e financeiras.

Você já parou para pensar quantas vezes usa o seu dinheiro em um dia? Além disso, você já pensou como ele move praticamente todas as suas atividades? Trabalhamos em troca de um salário; se compramos uma roupa ou um equipamento eletrônico, como pagamos essa compra?

Formalmente, o bem que denominamos como dinheiro é definido pelos economistas como moeda. Portanto, podemos classificar a moeda como o conjunto de ativos na economia que usamos para comprar bens e serviços.

Importante

- Dinheiro é a forma mais líquida da moeda.

LIQUIDEZ

Liquidez representa a facilidade com que um ativo pode ser convertido em meio de troca na economia. Em outras palavras, é o grau de facilidade que qualquer indivíduo aceitará o bem como troca pelo bem que ele está oferecendo.

Importante

- Você consegue diferenciar a liquidez de um apartamento, de um carro e do seu dinheiro?

Mesmo entre apartamentos e carros, cada bem apresenta uma liquidez diferente. Se um apartamento é colocado à venda e o negócio é concretizado rapidamente, sem que o proprietário tenha de baixar o efetivo valor de mercado para vendê-lo, podemos afirmar que esse apartamento é **relativamente líquido**.

O raciocínio inverso também é verdadeiro. Se o mesmo apartamento ficasse meses para ser vendido e o preço tivesse de ser significativamente reduzido para vendê-lo, poderíamos afirmar que esse imóvel **tem baixa liquidez**.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado para o mercado de ações, por exemplo. Qual ação é mais facilmente vendida no mercado? Há diferença de liquidez entre ações? De uma forma resumida, a liquidez pode ser avaliada como a facilidade de negociação do bem, os seus custos de transação e a sua aceitação. Entendido o conceito de liquidez, vamos analisar as funções das moedas.

FUNÇÕES DAS MOEDAS

Basicamente, a moeda possui três principais funções que a distinguem dos demais ativos da economia:

- ✓ **é um meio de troca** – pois a moeda é comumente aceita, sem restrição, em todas as compras de bens e mercadorias ou serviços;
- ✓ **é uma unidade de conta (medida)** – pois é um padrão de medida utilizado para definir o preço de todos os bens e serviços, ou seja, é uma forma de exprimir numericamente o valor da transação;
- ✓ **é uma reserva de valor** – pois de posse da moeda, podemos não usá-la hoje para comprar algo no futuro, transferindo o poder de compra.

Importante

- **É verdade que outros ativos possuem uma ou mais dessas categorias, mas a presença das três em um único bem representa a figura da moeda.**

Outras características também fazem com que a moeda seja utilizada e aceita universalmente como fator de troca, tais como: portabilidade, durabilidade, homogeneidade, divisibilidade e cunhabilidade. Fica aqui o desafio para você refletir sobre essas características e a importância de cada uma.

Neste ponto, você deve ter entendido que a moeda é o ativo que possui maior liquidez dentre os ativos da economia. O papel-moeda é a principal forma de moeda utilizada na economia. Porém, com o desenvolvimento de tecnologia, outras formas de moedas, também de altíssima liquidez, estão se consolidando como os cartões de crédito e débito. Até pagamentos por celular já estão em fase de testes no mercado.

Importante

- Veja as opções disponíveis no mercado.

O volume de moeda disponível na economia é fundamental para determinar o grau de transação dos bens e serviços. Neste momento, é essencial inserir o conceito de oferta e demanda.

2.3 Oferta e demanda

A **demanda** pode ser entendida como a quantidade de um bem ou serviço que é desejada por um consumidor ou por um grupo, em um determinado nível de preço, naquele instante do tempo. Em outras palavras, é a quantidade do bem que seria adquirido por aquele preço naquele momento.

Neste sentido, fica fácil deduzir que quanto mais moeda as pessoas possuírem, mais elas irão consumir e, por outro lado, quanto menos moeda estiver disponível, menor será o nível de consumo.

Importante

- As pessoas, em um comportamento normal, gostariam que os preços dos produtos fossem cada vez menores.

Já a **oferta** pode ser entendida como a quantidade de um bem ou serviço que as empresas estão dispostas a produzir e vender naquele nível de preço, naquele instante.

Importante

- Neste sentido, também é fácil deduzir que as empresas “ofertantes” sempre desejam que os preços sejam os mais altos possíveis.

Quando o comprador (demandante) e o vendedor (ofertante) encontram um equilíbrio no preço do produto, ou seja, no nível de preço em que é interessante para o primeiro comprar e para o segundo vender, ocorre a definição de preço do produto na economia, pois a quantidade a ser transacionada naquele preço atende à expectativa dos dois lados da negociação.

É muito importante entender a dinâmica da oferta e da demanda em relação ao nível de preços. Caso o preço sofra redução, por exemplo, no caso de uma promoção, mais consumidores estarão aptos a comprar aquele produto, pois o nível de preço se enquadra nas suas expectativas. Por outro lado, se ocorrer aumento do preço, menos consumidores estarão aptos a adquirir aquele produto, sendo consumida uma quantidade inferior à anterior. **Por isso, o equilíbrio é fundamental.**

MAS QUAL O IMPACTO DA MOEDA NESSA RELAÇÃO?

A disponibilidade de moeda é fundamental para esse equilíbrio. Como comentado anteriormente, o aumento da disponibilidade de moeda em poder do público faz com que as pessoas queiram consumir mais e, até mesmo, que fiquem mais dispostas a adquirir o mesmo produto por um preço mais alto. Portanto, ocorrendo aumento de moeda disponível, a demanda pelo produto será maior.

Se os produtores tiverem condições de aumentar a produção para atender à demanda, o ciclo continuará movimentando a economia de uma forma mais intensa. Por outro lado, se não for possível aumentar a produção, ocorrerá um excesso de demanda, o que faz com que falte aquela mercadoria para atender a toda a demanda existente e, naquele momento, identificado o excesso de demanda, os produtores tendem a aumentar o preço e passam a atender apenas os consumidores que estão dispostos a pagar mais.

Se efetivamente eles aumentarem os preços, ocorrerá uma elevação do nível de preços, ou seja, você precisará de mais dinheiro para comprar aquele produto. Esse fenômeno é chamado **inflação**, ou seja, ocorre um aumento do nível dos preços, quando, para adquirir o mesmo produto é necessária uma quantidade maior de dinheiro. Seria o mesmo que dizer que o dinheiro perdeu o poder de compra.

Importante

- **Inflação é o aumento no nível geral de preços.**

Por outro lado, também pode ocorrer o efeito **deflação**, quando acontece uma redução do nível de preço. A causa mais comum desse evento é o excesso de oferta, onde há muitos produtos disponíveis e o vendedor é obrigado a reduzir o preço para conseguir vender o produto. Neste caso, ocorre uma elevação do poder de compra, quando, para comprar o mesmo produto, é necessária menor quantidade de dinheiro.

Importante

- Se a deflação é boa para o consumidor, note que ela não é favorável para o produtor, pois, cada vez mais, seu lucro será menor e, se ele não conseguir ajustar seus custos, poderá ir à falência.

Portanto, o equilíbrio do nível de preços é fundamental para um bom desempenho da economia. Uma das grandes vantagens da variação de preços controlada, seja o movimento de inflação ou de deflação, é a possibilidade mais concreta do planejamento econômico, principalmente de longo prazo, pois há maior poder de previsibilidade da economia como um todo.

Neste sentido, uma das principais preocupações e atuações da equipe econômica do Governo e, principalmente, do Banco Central do Brasil, é o controle da variação dos níveis de preços da economia como um todo. E para esse controle, o Governo utiliza as políticas econômicas com a principal finalidade de controlar a disponibilidade de moeda em poder do público e equilibrar o nível de atividade (produção) da economia.

2.4 A economia e as variáveis macroeconômicas

A economia é a ciência social que estuda a produção, a distribuição e o consumo dos bens e serviços. Seus estudos são divididos em duas grandes áreas:

- ✓ a **microeconomia**, que estuda os comportamentos individuais e as decisões das empresas e famílias;
- ✓ a **macroeconomia**, que estuda o resultado agregado dos comportamentos individuais, ou seja, é o estudo dos fenômenos que afetam toda a economia.

Importante

- Apesar dos dois grandes campos estarem intimamente conectados, o objetivo deste capítulo é estudar as variáveis macroeconômicas e, conseqüentemente, as políticas econômicas adotadas pelas autoridades monetárias, foco da macroeconomia.

Para estudar o desempenho geral da economia e analisar as políticas de controle da variação de preços adotadas pelo Governo, é essencial entendermos o conceito das principais variáveis econômicas:

- ✓ **Produto Interno Bruto (PIB)**: representa o total da produção gerada em um país, independentemente da nacionalidade do produtor;
- ✓ **Produto Nacional Bruto (PNB)**: representa o total da produção de uma nacionalidade, independentemente do país que ocorreu a produção.

De forma mais simplificada, no caso do Brasil, o PIB representa o total da produção no território nacional, independentemente se foi realizada por empresas brasileiras, americanas, alemãs, chinesas ou japonesas.

Importante

- A referência é o local de produção (por isso, o termo interno).

Já o PNB representa a produção de todas as empresas brasileiras, independentemente se foram produzidas no Brasil, nos Estados Unidos, na Alemanha ou no Japão.

Importante

- A referência é a nacionalidade (por isso, o termo nacional).

Note que, se considerarmos todos os países (PIB mundial), poderemos alocar cada produção (elemento) para calcular o PIB ou o PNB dos países cuja soma final será mesma. Portanto, podemos concluir que há uma relação entre as medidas, e de fato há.

A relação do PIB e do PNB de um país pode ser descrita como:

- $PIB = PNB + RLEE$

Onde **RLEE é a Renda Líquida Enviada ao Exterior**, ou seja, é a Renda Enviada ao Exterior menos a Renda Recebida do Exterior.

Note que, se um país possui um valor de produção de multinacionais em seu território maior que as empresas nacionais estão produzindo no exterior, ele terá uma RLEE positiva e, consequentemente, um **PNB menor que o PIB**.

Por outro lado, se o país possui um pequeno valor de produção de multinacionais em seu território e muitas empresas nacionais produzindo em outros países, ele terá uma RLEE negativa e um **PNB maior que o PIB**.

Importante

- Se você entendeu esta relação e as duas medidas do nível de atividade de uma economia, qual medida você acha que é a mais atrativa para o Brasil utilizar?

Outra medida comumente utilizada é o **PIB per capita** ou o **PNB per capita**, que representa o valor do PIB ou do PNB dividido pelo tamanho da população do país. É fundamental para que se tenha uma ideia geral do grau de riqueza dos indivíduos, principalmente para analisar a evolução dessa riqueza ao longo do tempo.

Note que a China tem o segundo maior PIB do mundo, porém, também possui a maior população mundial, o que impacta um baixo PIB per capita. Por outro lado, a Noruega possui um PIB relativamente modesto, porém devido à pequena população, seu PIB per capita é um dos maiores do mundo.

Neste sentido, é muito importante não confundir PIB per capita com **distribuição de riqueza**. Um alto PIB per capita não significa que a população em geral é rica, pois representa **apenas uma medida de média**. O mesmo raciocínio se faz com o PIB per capita baixo.

Importante

- Geralmente, os países possuem fraca distribuição de renda, ou seja, a riqueza está concentrada em uma pequena parcela da população. Outras medidas e estatísticas existem para medir essa distribuição que, por não serem objetos do nosso estudo, não serão apresentadas.

Há três formas de calcular o PIB de um país:

- ✓ sob a ótica da despesa;
- ✓ sob a ótica da oferta;
- ✓ sob a ótica do rendimento.

Como o objetivo deste capítulo é estudar as políticas econômicas, para nossa finalidade, abordaremos a metodologia do cálculo sob a ótica da despesa (demanda agregada). Nesta metodologia, são considerados os gastos e as despesas efetuadas pelos agentes econômicos em bens e serviços para o consumo final, ou seja, são excluídos todos os bens e serviços utilizados durante a produção.

A primeira hipótese assumida para o cálculo do PIB é que existe uma identidade macroeconômica onde a demanda agregada (demanda total de economia) é igual à oferta agregada (oferta total da economia). Portanto, a partir desta, temos que o PIB é:

$$Y = CF + GG + IE + EL$$

onde:

CF = Consumo das Famílias

GG = Gastos líquidos do Governo

IE = Investimento das Empresas (aumento das empresas e de estoque)

EL = Exportações Líquidas (tudo que foi exportado menos o que foi importado, pois só entram produtos que foram produzidos no território nacional)

Neste formato de cálculo, podemos associar os elementos com as quatro principais políticas econômicas exercidas pelo Governo, conforme tabela abaixo:

Consumo das famílias	Política de renda
Gastos líquidos do Governo	Política fiscal
Investimento das empresas	Política monetária
Exportações líquidas	Política cambial

POLÍTICA DE RENDA

O principal objetivo da **política de renda** é a redistribuição de renda entre a população de um país e a justiça social, com efeito direto no nível de preços, podendo gerar inflação se não for bem planejada, pois aumenta o poder de consumo da população em geral.

Um dos exemplos da prática atual do Governo brasileiro é a Política de Preços Mínimos para o Agricultor. Esta política assegura os preços dos alimentos, garantindo um mínimo de renda para o produtor rural com o objetivo de protegê-lo de uma possível queda acentuada de preços e, assim, estimular a produção. Outro exemplo de política de renda do Governo Federal é o programa de seguro-desemprego. Note que, nas duas políticas, o objetivo é sempre disponibilizar renda para a população, garantindo um consumo mínimo.

POLÍTICA FISCAL

A **política fiscal** representa o conjunto de medidas com o objetivo de equilibrar os gastos e as receitas dos governos. Desempenhando papéis como em uma empresa, os governos também devem controlar seus gastos e os adaptarem às suas receitas. Caso os gastos sejam maiores que as despesas, os governos terão que se financiar. Os dois principais mecanismos de controle são os gastos públicos e os impostos.

Ao aumentar os gastos públicos, o Governo poderá investir em obras públicas, por exemplo, de infraestrutura, como estradas, e beneficiar o desenvolvimento das empresas e estimular o crescimento industrial e produtivo, resultando no aumento da oferta de bens e serviços. Por outro lado, se o aumento dos gastos não for em infraestrutura, isso poderá resultar no estrangulamento da economia, impossibilitando que as empresas invistam em suas atividades e aumentem a produção, como altos custos de transporte devido a estradas em péssimas condições, aeroportos lotados e assim por diante.

Portanto, é fundamental que o Governo invista em obras públicas e de infraestrutura para o desenvolvimento econômico. No entanto, ao investir nessas obras, estará gerando empregos e transferindo renda para a população, aumentando a demanda agregada que poderá impactar uma inflação elevada. Por isso, é fundamental que o equilíbrio seja encontrado.

Por outro lado, uma das principais fontes de recursos dos governos são os impostos. Se aumentar sua arrecadação com elevação das alíquotas ou com criação de novos impostos, o Governo estará aumentando os custos das empresas, gerando repasse para os preços e, possivelmente, incentivando a inflação. Por outro lado, com a redução dos impostos, aumenta-se a quantidade de moeda disponível na economia, podendo gerar elevação nos gastos da população e empresas, causando excesso de demanda e inflação.

Importante

- Por isso, a política fiscal deve ser muito bem executada para se evitar o aumento do nível dos preços e para que o Governo consiga, ao mesmo tempo, se financiar e estimular a economia.

Há dois tipos principais de política fiscal:

- ✓ Política Fiscal Expansionista;
- ✓ Política Fiscal Contracionista.

Na primeira política, o Governo tem como principal objetivo incentivar a demanda, aumentando seu gasto e seu déficit para estimular a economia, porém, pode gerar inflação. Já na segunda, o objetivo é reduzir a demanda agregada para tentar controlar a inflação. Resumindo: na **Política Fiscal Expansionista**, o Governo aumenta os gastos públicos e/ou reduz os impostos; na **Política Fiscal Contracionista**, reduz os gastos e/ou aumenta os impostos.

POLÍTICA CAMBIAL

Com a aplicação da **política cambial** ou política externa, o objetivo do Governo é equilibrar suas contas externas e, principalmente, a taxa de câmbio do país. A taxa de câmbio pode ser definida como a relação de troca entre a moeda nacional e a de outro país.

Importante

- Taxa de câmbio é a quantidade da moeda nacional necessária para se adquirir a moeda de outro país. Essa relação é fundamental para as exportações e importações.

Quando o câmbio está **desvalorizado**, é necessária uma quantidade maior de moeda nacional para a mesma quantidade da moeda do outro país, ou seja, é um cenário favorável para os exportadores, uma vez que, ao vender a mercadoria, receberão mais da moeda nacional e, por outro lado, é uma situação desfavorável para os importadores, pois irão pagar mais pelo produto importado em moeda nacional.

Já quando o câmbio está **valorizado**, precisa-se de uma quantidade menor de moeda nacional para a mesma quantidade de moeda do outro país, sendo, portanto a relação inversa do exemplo anterior, para exportadores e importadores.

Note que a importação aumenta a disponibilidade de produtos à venda no país, aumentando a competitividade e a oferta, possivelmente resultando em redução de preços. No entanto, essa medida pode inviabilizar a produção nacional, gerando alto grau de desemprego e desestimulando a economia nacional como um todo.

Por outro lado, a exportação diminui a oferta no mercado nacional, diminuindo a oferta agregada dos produtos, podendo causar elevação dos preços ao mesmo tempo em que

estimula a produção nacional. Sendo assim, mais uma vez, é fundamental a atuação do Governo para equilibrar o efeito da política externa na economia.

POLÍTICA MONETÁRIA

Por último, a mais importante política econômica para o mercado financeiro como um todo é a **política monetária**. Representa a atuação do Governo e das autoridades monetárias para controlar a liquidez da economia, com efeito direto na quantidade de moeda em circulação, na disponibilidade de crédito e na taxa de juro praticada na economia.

Importante

- Os principais objetivos da política monetária é manter em equilíbrio a quantidade de moeda no mercado, conservar o nível dos preços estável e, ao mesmo tempo, incentivar a produção e garantir a estabilidade cambial.

Como forma de priorizar o controle da inflação, em 1999, o Brasil passou a adotar o regime de metas para a inflação, que estabelece a meta para esse índice a ser atingida no ano, dentro de um limite superior e inferior, também predefinidos para suportar eventuais oscilações. As metas são definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)¹ e por lei. O Banco Central do Brasil (Bacen) é a instituição responsável pela condução da política monetária para atingir a meta estabelecida.

Neste cenário, o **Comitê de Política Monetária (Copom)**, órgão criado pelo Bacen, exerce importante papel para estabelecer as diretrizes da política monetária e definir a taxa de juro. De acordo com o Bacen, os objetivos do Copom são:

- ✓ implementar a política monetária;
- ✓ definir a meta da taxa Selic e seu eventual viés;
- ✓ analisar o Relatório de Inflação.

Uma importante variável macroeconômica, a **meta para a inflação**, teve a sua sistemática definida pelo Decreto 3.088/99 e passou a ser tratada como foco de política monetária. O Copom passou a ter como objetivo cumprir as metas para a inflação definidas pelo CMN. Segundo o mesmo decreto, caso a meta não seja alcançada, o presidente do Bacen deve

¹ No capítulo 3 será detalhado o papel dessas instituições.

divulgar, em Carta Aberta ao Ministro da Fazenda, os motivos do descumprimento, bem como as providências e o prazo para o retorno da taxa de inflação aos limites estabelecidos.

As reuniões ordinárias do Copom são realizadas em duas sessões, totalizando oito reuniões ao ano. No primeiro dia, os chefes de departamento e o gerente-executivo apresentam uma análise da conjuntura econômica e das principais variáveis macroeconômicas. No segundo dia, são apresentadas as alternativas para a taxa de juro de curto prazo e feitas as recomendações da política monetária.

Após as análises e discussões, ocorre a votação das propostas, buscando-se, sempre que possível, o consenso. A decisão final – **a meta para a taxa Selic e o viés**, se houver – é imediatamente divulgada à imprensa ao mesmo tempo em que é expedido comunicado através do Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen).

O Copom é composto pelos membros da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil (o presidente, os diretores de Política Monetária, Política Econômica, Estudos Especiais, Assuntos Internacionais, Normas e Organização do Sistema Financeiro, Fiscalização, Liquidações e Desestatização, e Administração).

Também participam do primeiro dia da reunião, os chefes de determinados departamentos do Bacen². Na primeira sessão de trabalhos, as atividades também contam com a participação de três consultores e do secretário-executivo da Diretoria, do assessor de imprensa, do assessor especial e, sempre que convocados, de outros chefes de departamento convidados a discorrer sobre assuntos de suas áreas.

Outra atividade fundamental para o mercado de responsabilidade do Copom é a publicação do documento conhecido como **Relatório de Inflação**. Importante fonte de informação, o relatório analisa detalhadamente a conjuntura econômica e financeira do País, bem como apresenta suas projeções para a taxa de inflação. É publicado ao final de cada trimestre civil (março, junho, setembro e dezembro).

A taxa de juro fixada na reunião do Copom é a meta para a taxa Selic que irá prevalecer por todo o período entre reuniões ordinárias do Comitê. Quando necessário, o Copom também define o viés, que é a prerrogativa dada ao presidente do Bacen para alterar, na direção do viés, a meta para a taxa Selic a qualquer momento entre as reuniões ordinárias.

Importante

- A taxa de juro, meta definida pelo Copom, exerce o importante papel de balizar o mercado em relação à taxa de juro praticada.

² Mais informações podem ser encontradas no site do Bacen.

Quanto **maior a taxa de juro definida**, menor o incentivo para as empresas investirem nas suas atividades, uma vez que o investimento em títulos financeiros poderá ser muito mais rentável do que a própria atividade da empresa. O mesmo acontece com as pessoas – quanto maior a taxa de juro, maior a rentabilidade de investimentos e menor é o incentivo ao consumo. Nas duas situações, note que há desaquecimento da economia.

Por outro lado, **quanto menor a taxa de juro**, maior o incentivo para que as empresas invistam nas próprias atividades, buscando lucratividade maior que a baixa rentabilidade obtida com investimentos financeiros, aumentando, consequentemente, o nível de emprego e a renda da população.

Além do aumento do consumo pela elevação da renda, as pessoas também tenderão a consumir mais, uma vez que investir pode não ser tão atrativo em termos de rentabilidade. Neste caso, note que há aquecimento da economia, porém, se o crescimento da demanda for maior que o da oferta, ocorrerá aumento da inflação.

Portanto, através da definição da meta da taxa de juro, as autoridades monetárias buscam manter a inflação dentro do limite superior e inferior definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e, como forma de ajustar as variações ocorridas nesse percurso, utilizam alguns instrumentos da política monetária para controlar a disponibilidade de moeda em circulação. Os três principais instrumentos de política monetária utilizados pelas autoridades são:

- ✓ **operações no open market;**
- ✓ **alterações nas taxas de depósito compulsório;**
- ✓ **taxa de redesconto.**

Open market

Pode ser considerado o instrumento de maior flexibilidade e de rápido efeito. Nesse procedimento, as autoridades monetárias compram ou vendem títulos públicos³ no mercado financeiro. Se ocorrer a compra, o Governo recebe moeda em troca de títulos, retirando recursos do mercado. Por outro lado, na compra de títulos do mercado, o Governo recebe o papel e entrega moeda, aumentando a disponibilidade de recursos na economia. Com esses procedimentos, as autoridades monetárias conseguem aumentar ou reduzir a disponibilidade de moeda no mercado, de acordo com as suas necessidades. Os principais objetivos do open market são: controlar a taxa de juros do curto prazo, gerenciar a liquidez da economia e sinalizar a orientação da política monetária.

³ Estes títulos são apresentados no capítulo 4.

Depósito compulsório

Todos os agentes que fazem parte do sistema bancário são obrigados a manter no Bacen um depósito compulsório que é calculado como uma parte de seus depósitos a vista recebidos. Ao aumentar a alíquota, o Bacen reduz o volume disponível para os bancos emprestarem para a população ou para as empresas, reduzindo o volume de recursos na economia. Por outro lado, ao diminuir a alíquota do depósito compulsório, o Bacen aumenta o volume de recursos disponíveis para os bancos emprestarem, elevando o volume de moeda em circulação.

Na **política expansionista**, o Banco Central reduz a alíquota e, na **política contracionista**, eleva a alíquota. O efeito não é imediato na economia, uma vez que é necessária toda essa movimentação bancária. Portanto, a alteração do depósito compulsório é um instrumento para controlar a liquidez de médio prazo.

Taxa de redesconto

Pode ser considerada como uma assistência financeira de liquidez imediata aos bancos. O objetivo é dar liquidez aos bancos no curtíssimo prazo, emprestando recursos para zerar suas posições de um dia para outro, das instituições que emprestaram mais recursos ao mercado do que poderiam. Pode ser considerado um instrumento passivo, uma vez que não interfere no mercado como um todo. Como forma de restringir essa prática, o Bacen define um custo bastante elevado dos bancos que necessitam desse instrumento.

Além desses três instrumentos, há outras formas das autoridades monetárias aumentarem ou reduzirem a moeda em circulação, como:

- ✓ controle dos créditos subsidiados pelo Governo disponíveis no mercado;
- ✓ aumento ou redução da taxa de pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito por parte dos consumidores;
- ✓ incentivando exportações ou importações através de medidas específicas.

No geral, classifica-se a **política monetária como expansionista** quando há aumento de moeda em circulação no mercado e, como **política monetária contracionista**, quando há redução. A diminuição do compulsório, a redução do valor da taxa de redesconto e a compra de títulos públicos incentivam a política expansionista. Já o aumento da taxa do compulsório e da taxa de redesconto ou a venda de títulos públicos, favorecem a política contracionista.

2.5 Índices financeiros

No item anterior, estudamos a importância de analisar, acompanhar e estudar as variáveis macroeconômicas para o mercado como um todo. Você lembra os conceitos de PIB, PNB, taxa de câmbio, inflação, taxa de juro? Através deles, conseguimos entender a dinâmica e as consequências dos eventos econômicos no mercado financeiro como um todo ou, quando for o caso, nas instituições e na população em geral. Como são medidos esses índices financeiros?

De acordo com a definição do Bacen, índices de preços são números que agregam e representam os preços de uma determinada cesta de produtos. Sua variação mede a oscilação média dos preços dos produtos dessa cesta.

Os dois principais de tipos de índices são os **indicadores de inflação** (indicadores de preços) e as **taxas de juros financeiras**. Os indicadores de inflação medem o movimento de preços de uma cesta de produtos (medem o preço médio de um produto). Já as taxas de juros financeiras, representam o valor dos juros cobrados nas operações.

TAXAS DE JUROS FINANCEIRAS

A seguir, são apresentadas as principais taxas de juro financeiras acompanhadas na economia.

✓ Taxa Básica Financeira (TBF)

Criada em 29/07/1995 pelo CMN. Para o cálculo, é utilizada uma amostra das 30 maiores instituições financeiras do país, a partir da remuneração mensal média dos CDBs e RDBs no prazo de 30 a 35 dias.

✓ Taxa Referencial (TR)

É calculada com base na TBF e em um redutor definido pelo Governo, determinado de acordo com uma tabela específica, em função da meta estabelecida para a taxa Selic.

✓ Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)

Referência para empréstimos de longo prazo, seu cálculo considera a meta de inflação, calculada *pro rata* para os doze meses seguintes ao primeiro mês de vigência da taxa, inclusive, baseada nas metas anuais fixadas pelo CMN e no prêmio de risco, que incorpora uma taxa de juro real internacional e um componente de risco Brasil numa perspectiva de médio e longo prazo.

✓ Taxa Selic

É a taxa básica da economia, sendo calculada pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Selic para títulos federais.

✓ Taxa dos Certificados de Depósitos Interbancário (CDI)

Os Certificados de Depósito Interbancário (CDI) são títulos de emissão das instituições financeiras que lastreiam as operações do mercado interbancário. A taxa CDI é a média dos empréstimos feitos entre os bancos para um dia. É divulgada anualizada diariamente pela Cetip.

INDICADORES DE INFLAÇÃO

A seguir, são apresentados os principais índices de inflação acompanhados na economia. Há diversos outros índices de preços calculados, divulgados e estudados. No geral, eles se diferenciam pelas regiões analisadas, atividades setoriais consideradas e faixa salarial abordada.

✓ Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI)

Este índice é calculado mensalmente pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e representa a média ponderada do Índice de Preços ao Produtor Amplo – IPA (60%), do Índice de Preço ao Consumidor – IPC (30%) e do Índice Nacional da Construção Civil – INCC (10%).

✓ Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA)⁴

Também calculado pela FGV, acompanha os preços de produtos agropecuários e industriais nas transações anteriores ao consumo final (interempresariais).

✓ Índice de Preço ao Consumidor (IPC)

Apura a inflação nas despesas das famílias no eixo Rio-São Paulo. Também é calculado pela FGV.

⁴ Desde sua criação em 1947, o IPA, inicialmente batizado de Índice de Preços por Atacado e, a partir de abril de 2010, denominado Índice de Preços ao Produtor Amplo.

✓ Índice Nacional da Construção Civil (INCC)

Avalia os preços no setor na construção civil. Também é calculado pela FGV.

✓ Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M)

Tem a mesma estrutura e periodicidade do IGP-DI, diferindo apenas pelo período considerado.

✓ Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

Calculado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mede as despesas das famílias nas regiões metropolitanas. Os setores pesquisados são: alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação. O peso relativo de cada grupo é reestimado mensalmente, considerando-se a cesta de consumo na data-base e a variação relativa dos preços dos bens e serviços do grupo. A variável de ponderação do INPC é a "população residente urbana".

✓ Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Tem a mesma estrutura do INPC, porém a variável de ponderação do IPCA é o "rendimento total urbano" e cobre um número maior de faixas de renda.

✓ Índice de Preços ao Consumidor – Real (IPCA-15)

Este índice é calculado da mesma forma que o IPCA, mas com o período de coleta adiantado em 15 dias.

✓ Índice de Preços ao Consumidor (IPC-FIPE)

Calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo. É o índice de preços com série histórica mais longa, com início em janeiro de 1939. Sua estrutura contempla os seguintes grupos: alimentação, habitação, despesas pessoais, vestuário, transportes, saúde e educação.

2.6 Indicadores agropecuários

Uma categoria muito importante no mercado da BM&FBOVESPA são os Indicadores de preços agropecuários do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). A instituição calcula mais de 15 indicadores, sendo que alguns são utilizados para a liquidação financeira dos contratos agropecuários da BM&FBOVESPA. Os principais indicadores são:

✓ **Indicador Esalq/BM&FBOVESPA do Boi Gordo – São Paulo**

Indicador diário dos preços do boi gordo do Estado de São Paulo. Cotado em reais por arroba, a retirar na propriedade.

✓ **Indicador do Bezerro Esalq/BM&FBOVESPA – Mato Grosso do Sul**

Indicador diário dos preços do bezerro nas principais regiões produtoras do Mato Grosso do Sul, sendo o animal cotado em reais por cabeça.

✓ **Indicador Arroz em Casca Esalq/ BM&FBOVESPA– Rio Grande do Sul**

Indicador diário do arroz em casca posto na indústria do Rio Grande do Sul. Cotado em reais por saca de 50kg.

✓ **Indicador de Preços do Milho Esalq/BM&FBOVESPA – Campinas (SP)**

Preços médios da região de Campinas dos negócios realizados para o produto estocado em armazém. Cotado em reais por saca de 60kg.

✓ **Indicador Cepea/Esalq/BM&FBOVESPA – Paranaguá (PR)**

Soja em grão, posto em armazém no Porto de Paranaguá. Cotado diariamente em reais por saca de 60kg.

Importante

- O Cepea também calcula os indicadores de preços de outros produtos: açúcar, algodão, café, citros, etanol, frango, produtos hortifrutícolas, leite, mandioca, suíno e trigo.

2.7 Comentários finais

Ao terminar este capítulo, espera-se que você tenha compreendido o conceito e o papel da moeda na economia, a definição e a dinâmica da oferta e da demanda e a sua importância para a formação dos preços na economia, o conceito e a relação entre Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB), a importância e os efeitos das políticas de renda, cambial, monetária e fiscal para a atividade econômica brasileira, e também reconheça e identifique as principais características dos indicadores financeiros e dos indicadores agropecuários.

Importante

- Revise os principais pontos e BOA PROVA!!!